

ATA DA 137ª REUNIÃO DA CTIL**DATA:** 24 de maio de 2016**HORÁRIO:** 9h às 18h00m**LOCAL:** Sala CT-01, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505 – Lote 2, em Brasília/DF.**REPRESENTANTES:**Ministério dos Transportes: Carlos Alberto Bandeira de Mello
(carlos.mello@transportes.gov.br)Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Demétrios Christofidis
(dchristofidis@gmail.com)Ministério do Meio Ambiente SRHU: Júlio Thadeu Silva Kettelhut
(julio.kettelhut@mma.gov.br);Ministério do Meio Ambiente ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de São Paulo e Rio de Janeiro: Livia Soalheiro
e Romano (cerhirj@gmail.com);Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de Sergipe e Bahia: Mônica Portella Lima
(Monica.lima@inema.ba.gov.br);Irrigantes: Luciana B. P. Bittencourt (marketing@febrapdp.org.br);

Irrigantes: Gustavo Santos Goretti (Gustavo.goretti@gmail.com);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira
(sonali@chesf.gov.br);

Indústrias: Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson
de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
Ausente;Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos
de Freitas Silva (ojoas@hotmail.com / jcarlos.freitas@daee.sp.com.br);Organizações Não Governamentais – Fonasc: Elza Carolina Davi de Oliveira Martini
(carolinamartini.martini@gmail.com);Organizações Não Governamentais – Clube de Mães: João Clímaco Soares de Mendonça
Filho (fonascdbh@yahoo.com.br);Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Célia Regina Rennó
(celia.renno@gmail.com);**DEMAIS PRESENTES:**

Rodrigo Flecha (rodrigof@ana.gov.br);

Alexandre Anderaós (alexandre.anderaos@ana.gov.br);

Paulo Henrique Siqueira Isobe (paulo.isobe@planejamento.gov.br);

Rafaela Aloise de Freitas (rfreitas@cni.org.br);

Lauren Couto Brandi (lauren.cauto@patri.com.br);

Adriana Lustosa (adriana.lustosa@mma.gov.br);**RELATORIA:**Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

50 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:** [Item 1 – Abertura/Informes:](#) O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut**
51 **(Presidente da CTIL)** iniciou a 137ª Reunião, no dia 24 de maio, cumprimentando e
52 agradecendo a todos pela presença, propondo uma rodada de apresentações. Finalizado a
53 apresentação e os informes passou-se para o [Item 2 – Aprovação da Ata da 136ª Reunião](#)
54 [da CTIL.](#) O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** perguntou se os
55 representantes teriam alguma consideração a fazer na minuta da ata. A Sra. **Célia Regina**
56 **Rennó (OTEPS)** esclareceu que trouxe, por escrito, os comentários da conselheira Jussara
57 Cabral, que sugeriu modificações no texto, para melhor entendimento do que ela havia
58 falado na reunião. E, assim como a Sra. **Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias e**
59 **Autorizadas de Geração Hidrelétrica)**, também sugeriu correções na escrita. Não
60 havendo nenhum outro comentário ou alteração, o Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut**
61 **(Presidente da CTIL)** aprovou a Ata da 137ª Reunião da CTIL, com a incumbência da
62 relatoria fazer os ajustes sugeridos, os quais foram deixados por escrito pelas duas
63 representantes. [Item 3 – Proposta de revisão da Resolução CNRH nº 144/07/2012, que](#)
64 [“Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de](#)
65 [Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações](#)
66 [sobre Segurança de Barragens”.](#) Encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto.
67 O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** sugeriu que a análise sobre a
68 proposta de revisão da Resolução CNRH nº 144/07/2012 se ativesse nos itens que
69 passaram por mudanças, os quais estavam destacados de amarelo. Houve concordância
70 quanto a este encaminhamento, sendo concedida a palavra ao Sr. **Paulo Henrique**
71 **Siqueira Isobe (Presidente da CTAP)**, que esclareceu que a proposta de alteração foi
72 demandada pela Agência Nacional de Águas, responsável por coordenar a elaboração do
73 Relatório de Segurança de Barragens (RSB), conforme prevê a Lei nº 12.334/2010.
74 Explicou que a Resolução CNRH 144/2012 dispõe que o RSB deve compreender o período
75 entre 1º de outubro do ano anterior a 30 de setembro do ano de referência do relatório. Que
76 uma das justificativas para alterar este período se devia a melhor compreensão pela
77 sociedade quando se refere ao ano civil, em comparação ao ano hidrológico, que transcorre
78 entre 1º de outubro a 30 de setembro. Esta adequação poderia tornar a leitura e
79 compreensão do RSB mais clara, favorecendo seu acompanhamento e evolução. Observou
80 que a rigor se propôs um deslocamento de três meses nos prazos anteriormente previstos,
81 adequando-os, assim, ao ano civil. O Sr. **Alexandre Anderáos (Representante da ANA)**,
82 ratificou esta explicação, dando como exemplo o desastre ocorrido em Mariana, que
83 ocorreu após 30 de setembro de 2015. Pela resolução esse desastre não iria constar no RSB
84 2015, somente no RSB 2016, que é elaborado e concluído apenas em 2017. O Sr.
85 **Demetrios Christofidis (MAPA)**, achou estranha a justificativa, pois acidentes não tem
86 momento certo de ocorrer. Não se opôs a mudança, mas sugeriu que fosse feito um
87 relatório extra toda vez que ocorresse uma situação crítica, e que depois essa informação
88 seria anexada ao relatório anual. O Sr. **Paulo Henrique a Isobe (Presidente da CTAP)**
89 informou que este procedimento foi utilizado pela Agência Nacional de Águas, que
90 apensou um encarte especial no Relatório de Conjuntura no ano corrente sobre o acidente
91 de Mariana. O mesmo ocorrendo em outras excepcionalidades, como a crise hídrica no ano
92 anterior. A Sra. **Sonáli C. Oliveira (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
93 **Hidrelétrica)** opinou que o relatório vai de forma geral apresentar os resultados da
94 situação de segurança de barragens para o país. Lembrou que a Resolução 144/2012 já
95 contempla que frequência anual de elaboração do RSB, mas que nada impediria, em sua
96 opinião, de que no momento que ocorresse um acidente, de um porte que mereça esse
97 destaque, que os órgãos gestores de recursos hídricos fiscalizadores emitirem um relatório
98 especial. Destacou, num segundo momento, que o RSB além de apresentar o retrato da
99 situação, ele deve sinalizar quais são as barragens de alto risco e quais são as ações
100 necessárias para melhoria dessa segurança. O Sr. **Demetrios Christofidis (MAPA)**
101 comentou que a Sra. Sonáli falou em termos de remediação, no entanto, sua preocupação

era com a prevenção, e que os instrumentos deveriam refletir isto. O **Sr. Paulo Henrique Isobe (Presidente da CTAP)** disse que, a seu ver, o RSB tem uma finalidade preventiva, e o que aconteceu no caso de Mariana, não seria alterado por uma mudança de periodicidade. Destacou que as circunstâncias que levaram a deflagração daquela tragédia precisam ser estudadas. O **Sr. Demetrios Christofidis (MAPA)** enfatizou que deveria ser dada a atenção para os instrumentos de prevenção e que o assunto deveria ser discutido pelo CNRH, tendo-se uma visão sistêmica. Segundo ele, precisamos aprender a não remediar, e sim descobrir qual a causa do problema. O **Sr. Rodrigo Flecha (Representante da ANA)**, ponderou que estas preocupações levantadas pelo Sr. Demetrios poderiam ser discutidas pela Câmara Técnica de Análise de Projeto. Esclareceu que o RSB dá um retrato de cada um dos órgãos fiscalizadores, explicitando como que está a regulamentação e processo de fiscalização de cada um. Concordou que acidentes acontecem e que não será o RSB que irá evitar, e sim o papel dos fiscalizadores e reguladores na classificação quanto ao dano potencial e aos critérios de riscos e também as medidas subsequentes para que o empreendedor elabore o seu plano de segurança de barragem. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** dando encaminhamento, antes de entrar na proposta específica, solicitou que o presidente da CTAP levasse estas preocupações do Sr. Demetrios para serem discutidas na câmara. Na sequência deu prosseguimento a leitura dos artigos que passaram por modificação. Informou da proposta da Secretaria Executiva de inserir o parágrafo único ao art. 14, que o grupo de trabalho instituído no âmbito da CTAP para analisar o Relatório de Segurança de Barragens deveria ser formado por no máximo 2 membros por segmento, garantindo a proporcionalidade. Tal qual como previsto na Resolução 144/2012. Houve concordância quanto a este aspecto, sendo aprovadas as alterações. Foi esclarecido que estas mudanças só valeriam para o próximo RSB, portanto, o RSB2015 ainda seria analisado pela GT no âmbito da CTIL, seguindo os prazos determinados na resolução. Antes de finalizar este item da pauta foi solicitado que o segmento dos CERHs indicasse um representante para participar do GT que iria analisar o RSB2015, já encaminhado pela Agência Nacional de Águas. Sendo incluído o CERH do Rio de Janeiro/São Paulo, permanecendo a coordenação do GT com o Ministério de Minas e Energia. [Item 4 - Proposta de alteração do Anexo da Resolução CNRH nº 152/12/2013, que “Estabelece a composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai”.](#) Encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A **Sra Adriana Lustosa (Representante do MMA na CTPLANO)** esclareceu a tramitação na Câmara Técnica Plano Nacional de Recursos Hídricos. Inicialmente, explicou que, em 2013, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou a Resolução nº 152/2013, que decidia pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH), essa mesma resolução definia que teria que haver um grupo de acompanhamento da elaboração desse plano, já que estava sendo construído num contexto em que não havia comitê de bacia hidrográfica. Disse que a Resolução 152/2012 estabeleceu uma composição de 30 membros, semelhante à de um comitê de bacia e que já tinha começado os seus trabalhos. Por uma demanda do FONASC, junto a Secretaria Executiva do conselho, foi solicitada a revisão da composição desse grupo para que houvesse uma melhor representação dos segmentos locais. Informou que a CTPNRH analisou esse pedido e solicitou a ANA uma nota técnica, uma vez que a agência é a responsável pela coordenação deste plano. Neste documento reconheceu-se o mérito dessa solicitação, sugeriu-se, no entanto, que não houvesse mudança no número de membro, mas que se abrisse mão da vaga de dois representantes do governo e fosse incluídos dois representantes dos usuários. A câmara discutiu a sugestão e todos ficaram de acordo. Abriu-se mão da representação da associação dos municípios do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, até porque na nota técnica da ANA foi colocado que essas duas instituições não participaram das reuniões e não demonstraram interesse no acompanhamento desse grupo. Inclui-se um representante dos usuários, irrigação agropecuária e um da pesca e

154 turismo. Informou, por fim que a resolução permaneceu a mesma, só havendo alteração no
155 anexo. Solicitando a palavra, o **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)** explicou a motivação
156 da solicitação, disse que o fato decorreu de uma intensa mobilização que teve na região,
157 quando a ANA foi fazer as audiências públicas relacionadas ao PRH. Segundo ele, havia
158 um clima de ansiedade, num contexto marcado por vários conflitos de usos, e que foi a
159 demanda da sociedade que gerou o pedido de revisão da composição. Enfatizou que o
160 pedido era que entrasse a agricultura familiar, os pescadores e os quilombolas, grupos que
161 estavam mobilizados para participar, e que o quadro apresentado não refletia a solicitação
162 apresentada por eles. A **Sra. Adriana Lustosa (MMA)** informou que ainda tem que ter a
163 indicação, e que consta no parecer elaborado pela CTPLANO a orientação de quais seriam
164 essas representações, as quais seriam indicadas pelos respectivos conselhos. O **Sr. João**
165 **Clímaco Soares (ONGS)**, contestou a informação de que quem indica são os conselhos
166 estaduais. Segundo ele, o que se discutiu foi um modelo onde a representação dos
167 pescadores iriam fazer a indicação e não o conselho estadual. Contrapondo esta
168 argumentação o **Sr. Percy Soares (Indústria)** ressaltou alguns pontos da Resolução
169 CNRH 152/2013, entre as quais que a indicação dos membros para compor o Grupo de
170 Acompanhamento deverá ser feita pelos representantes dos segmentos e setores, no âmbito
171 dos respectivos Conselhos de Recursos Hídricos. Desta forma, estaria seguindo o que
172 determina a referida resolução. Para o **Sr. João Clímaco (ONGS)** voltou-se a estaca zero,
173 porque a mobilização foi exatamente por conta dessa contradição. Esclareceu que, no caso
174 dos pescadores, são dois tipos de representação artesanal: a associação de pescadores e as
175 federações de pescadores. Sugeriu que a matéria voltasse para a CTPLANO visando à
176 adequação do anexo. O **Sr. Demetrios Christofidis (MAPA)** questionou a exclusão da
177 associação de municípios do Mato Grosso do Sul. Perguntou se houve a
178 comunicação aos representantes que faziam parte do grupo de acompanhamento do PRH.
179 Em resposta, a **Sra. Adriana Lustosa (MMA)**, informou que as associações foram
180 convocadas, mas não compareceram em nenhuma reunião, por este motivo se optou pela
181 substituição. O **Sr. Percy Soares (Indústria)** registrou a importância de se trazer os
182 municípios para o Sistema, e que no seu entender a exclusão pela falta não era uma boa
183 estratégia. Teria que haver um trabalho de ir até estas associações e convencê-los do papel
184 no grupo. Retomando a palavra, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)**
185 argumentou que cabia a CTIL dizer se as propostas de mudanças feririam de alguma forma
186 a parte legal e institucional. No seu ponto de vista isto não ocorreu, e que havia sim
187 questão de mérito. Perguntou aos representantes da CTPLANO que estavam presentes, se
188 queriam continuar com a discussão ou prefeririam que retornasse a câmara. A **Sra.**
189 **Adriana Lustosa (MMA)**, reiterou sua explicação, adicionando que a ANA fez uma
190 análise técnica, com gráfico comparativo como era antes e como ficaria com a proposta.
191 Entendeu que houve ganhos, porque a partir daí passou a se ter paridade entre os
192 segmentos. Enfatizou que o FONASC esteve presente na reunião da CTPNRH quando a
193 matéria foi discutida, estando presente, também, a representante do FONASC na região do
194 pantanal. Na proposta de resolução foi colocado que quem indica são os conselhos
195 estaduais. Na ocasião houve uma abstenção da indústria, que não foi favorável excluir
196 municípios, mas todos os demais membros que estavam presentes concordaram com a
197 proposta. Finalizou, dizendo que foi encaminhado pra todos os representantes, o parecer e
198 a proposta de resolução para contribuições. A **Sra. Sonáli C. Oliveira (Concessionárias e**
199 **Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** apontou que, no seu entender, as preocupações do
200 **Sr. João Clímaco** estavam atendidas no Parecer Técnico conclusivo 01/2016, da
201 CTPLANO, no que diz respeito a indicação de representante da agricultura familiar e pesca
202 artesanal e, em parte, atenderia ao que o **Sr. Percy** colocou no sentido de trazer os
203 municípios para a participação grupo. A **Sra. Elza Carolina Martini (ONG-FONASC)**
204 informou que era a primeira vez que participava do Conselho, agradeceu a oportunidade e
205 manifestou sua dúvida quanto ao parecer, pois da forma como foi colocado não atendia aos

anseios do FONASC. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** perguntou se a proposta de alteração do jeito que estava escrito trazia algum avanço com relação à resolução anterior. Caso positivo, que a melhor opção seria dar seguimento e depois propor melhorias numa nova resolução. O **Sr. João Clímaco (ONGS)** esclareceu que não era interesse do seu segmento voltar atrás. Que a questão é como fazer esse processo ser representativo. Indagou a forma como o conselho estadual indica o representante, que para ele tem que ser democrática no âmbito de cada segmento, o que não vinha ocorrendo no Estado do Mato Grosso. O **Sr. Percy Soares (Indústria)** alertou o Sr. João Clímaco pela maneira como ele desqualifica as pessoas que foram indicadas para representar o segmento. Enfatizou que o princípio básico da democracia é o respeito e que a representação é em função do uso que se faz da água. Por isso não deveria interferir como o setor se organiza. A **Sra. Elza Carolina Martini (ONG-FONASC)**, esclareceu que o que o Sr. João Clímaco estava relatando era um problema de representação, que se não fosse corrigida refletiria em problemas futuros. Para ela os conselhos estaduais poderiam estar exercendo de forma mais apropriada essas indicações. Sendo de conhecimento de todos que em algumas instâncias e estados não existem essa lisura institucional a ponto de efetivar e de respaldar a legitimidade do sistema. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** finalizou os debates, e, como não houve consenso, propôs duas alternativas de encaminhamento. A primeira de aprovar a matéria e encaminhar para decisão da plenária, uma vez que não cabia a CTIL discutir como é o processo de indicação. A segunda alternativa seria de retornar a discussão na CTPLANO. Por 8 votos a favor, 2 contra e 4 abstenções, aprovou-se o envio da matéria para deliberação do CNRH.

[Item 5 – Proposta de Moção que “Recomenda que a indicação do conselheiro representante dos Estados e DF quando eleitos para representação no plenário do CNRH aconteça após deliberação e sua aprovação no respectivo plenário do Conselho Estadual da unidade da federação eleita. Encaminhada pelo FONASC.](#) O **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)**, esclareceu a motivação para proposta de moção. Segundo ele, questionam-se os procedimentos de indicação e atuação de conselheiros provenientes dos conselhos estaduais de recursos hídricos, que não seguem ritos formais nas plenárias e que os conselheiros indicados não prestam informações quanto ao conteúdo debatido no CNRH, mesmo quando se trata de matérias de alta relevância. Na sequência foi aberta para discussões. Foi sugerido mudança na ementa onde diz: “indicação do conselheiro representante dos estados e DF” para “indicação do representante dos respectivos conselhos estaduais e distrital”. Passou-se aos considerandos, sendo alguns excluídos e outros readequados. Após discussões acordou-se pela redação de: “Recomendar aos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos que a indicação dos seus representantes no CNRH seja acompanhada por ato formal de aprovação da plenária dos respectivos Conselhos”. As modificações realizadas no texto e no formato da norma visaram ao melhor entendimento da proposta, havendo consenso nas proposições. Depois de aprovada a nova redação para a moção ficou acordado entre todos que não teriam pausa para o almoço e a reunião continuou normalmente, passando para o [ITEM 6 - Renovação da composição das Câmaras Técnicas: CTEM, CTPNRH, CTIL e CTCOB. Encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.](#) O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** explicou que a Secretaria Executiva do CNRH entrou em contato com os Conselheiros informando que os mandatos da atual composição das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH), de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM) e de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), venceriam em junho e julho de 2016. Nesse sentido, a Secretaria Executiva do CNRH solicitou a manifestação formal, via e-mail, sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato das referidas câmaras técnicas. Na sequência os pleitos foram analisados pelos membros da CTIL, por meio das tabelas de compilação das

manifestações de interesse dos segmentos. Foram utilizados os critérios já estabelecidos para proceder a escolha dos membros das Câmaras Técnicas, incluindo a exclusão por faltas, de acordo com o art. 32 do Regimento Interno. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** explicou que na CTIL, surgiu uma vaga com a exclusão do CERH Maranhão/Ceará/Piauí. Como não houve consenso sobre qual conselho deveria ficar com a vaga, se Minas Gerais/Espírito Santo ou Distrito Federal/Paraná, foi aberta a votação e, por 9 (nove) votos a favor e 1 (um) contra, a representação ficou com o CERH do Paraná/Distrito Federal. Iniciou-se a análise da composição da CTPNRH, que também abriu uma vaga com exclusão do CERH do Pará/Rondônia/Amazonas. Em função do CERH de Minas Gerais/Espírito Santo ter ficado de fora na CTIL, foi sugerido que a vaga ficasse com este segmento. Houve concordância quanto a este encaminhamento. Na composição da CTEM foi discutido a não manifestação do Ministério da Educação e sua substituição pelo Ministério da Agricultura. Na composição da CTCOB mantiveram-se os que já estavam com algumas alterações das suplências, colocando o CERH do Maranhão/Ceará/Piauí como primeiro suplente. Ao final da análise pela CTIL, as propostas de composições para o próximo mandato da CTEM, CTPNRH, CTIL e CTCOB foram aprovadas, recomendando encaminhamento para o Plenário do CNRH. **Item 7 – Outros: 7.1 – Solicitação do FONASC para que se realize reunião específica, no âmbito do CNRH, com o objetivo de discutir a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas nos afluentes das margens direita e esquerda do rio Amazonas.** O **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)**, contextualizou os motivos da solicitação, informando sobre a resolução que aprovou o Plano Estratégico da Margem Direita do Rio Amazonas e sobre a contestação do seu segmento, na época, sobre a forma como este plano foi realizado, com foco economicista. Informou que o Ministério Público tem feito várias inserções na região e que praticamente o plano ficou desatualizado diante da conjuntura de tantos fatos, demandas e conflitos sociais. Falou que estava na hora de rever tanto o plano da margem direita do Rio Amazonas, como também toda a estratégia de definição de política pública de água para aquela Bacia. Salientou que existe mobilização social para criar o Comitê do Tapajos. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** explicou que essa questão foi judicializada e que já estava praticamente resolvida. Que, para ela, não estava claro o que a FONASC estava encaminhando, pois, os temas comitês e planos na região foram tratados nas nove ações propostas, em 2014, sendo todas as ações ganhas pela ANA. Questionou qual era a real intenção do FONASC naquela discussão. Se era para solicitar uma reunião com o Ministério Público para falar sobre as ações que já tramitaram e já tem até sentença, ou para que o Conselho modifique a resolução que fala sobre a margem direita. O **Sr. João Clímaco Soares (ONGS)** argumentou que o fato de ter ganhado as ações por si só não anulava o problema, sendo uma visão muito burocrática e superficial. Em sua opinião, a falta de norma e de instrumentos estaria aumentando os conflitos na região. Atendendo ao questionamento da representante da ANA, informou que o pleito era para que fosse convidado o Ministério Público para esclarecer sobre todos estes fatos que ocorreram na região. Para que se pautasse essa discussão sob o olhar de outro ator que está envolvido nessa história, junto com a sociedade civil. Continuou informando que o segundo pleito era de reformular o GAP, grupo de acompanhamento de plano do Amazonas, e dali propor uma nova estratégia. Sugeriu, por fim, que fosse criado um GT para monitorar todo esse processo porque estava gerando muito conflito, e com isto, que quem estava ganhando era o setor de mineração e de hidrelétrica. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** reviu os dois pontos pleiteados pelo João Clímaco, quais sejam, a reunião com o Ministério Público e uma estratégia política do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Indagou que se houver a opção pela reunião com o Ministério Público, que a seu ver era desnecessário, pois tudo estava nos autos, deveria se chamar a Advocacia Geral da União, uma vez que é nesta instância que estão sendo tratadas estas questões. Em relação ao segundo ponto, da questão da estratégia do Conselho, lembrou que o Conselho estava definindo os temas

prioritários, e que isto estava contemplado. Foi informado pela relatora Roseli Souza, que a CTPLANO estava acompanhando o Plano da Margem Direita do Amazonas, e que, talvez este locus seria o espaço adequado para a discussão. O **Sr. Demetrios Christofidis (MAPA)** concordou com as preocupações levantadas pelo Sr. João Clímaco, mas por outro lado considerou que ele precisava ser mais claro nas suas demandas. Salientou que há uma série de iniciativas dentro do próprio Conselho e que se existe uma câmara trabalhando ela tem que orientar como é que tem que ser essa questão, a partir de uma fundamentação bem-feita pela FONASC. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** sugeriu ao Sr. João Clímaco que redigisse um novo encaminhamento sobre o tema, explicitando melhor a demanda, para ser redirecionada a Câmara Técnica do Plano. [7.2 – Monitoramento participativo do Plano Plurianual 2016-2019 - Agenda Temática Usos Múltiplos da Água](#). A **Sra. Roseli Souza (Relatora da CTIL)** esclareceu que se tratava de um esforço conjunto do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e da Secretaria de Governo para a mobilização e inserção dos conselhos no monitoramento do PPA. Destacou que o foco do monitoramento participativo era nas metas e iniciativas do PPA, almejando a percepção dos conselhos e da sociedade sobre a sua implementação. Informou que o tema estava sendo acompanhado pela CTPLANO, e que a intenção era dar ciência a CTIL sobre esta iniciativa, uma vez que iria envolver o Conselho. [Item 8 – Encerramento](#). Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** agradeceu a presença de todos os presentes, encerrando a 137ª Reunião da CTIL.

Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora

Ata aprovada na 138ª Reunião da CTIL, realizada no dia 25 de outubro de 2016.